



REPÚBLICA DE ANGOLA

TRIBUNAL SUPREMO

ACLARAÇÃO

Processo n.º 1284/2013

Na 1ª Secção da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do Tribunal Supremo os Juízes acordam em conferência, em nome do povo:

Por acórdão datado de 15 de Dezembro de 2016 (fls. 144 a 148), foi proferida decisão, que ordenou a suspensão da instância.

Notificados os Recorridos da decisão, vieram estes requerer esclarecimento da decisão, com base no art.º 666.º, nº2, do CPC, (fls.154 e 155) com os seguintes fundamentos:

1. No acórdão decide-se pela suspensão da instância, mas não se conhecem, nos autos, factos que demonstrem que o Advogado da Recorrente tenha falecido após a sua notificação para constituir outro mandatário.
2. Outrossim, a recorrente é uma pessoa colectiva, e não uma pessoa singular, cujos poderes representativos decorrem dos estatutos do clube. Assim, é competente para representar em juízo o Presidente de Direcção do clube, que é o Sr. [REDACTED] e não a Sr.ª [REDACTED].

Nos termos do disposto no art.º 669, alínea a) do C.P.C, cumpre esclarecer o seguinte:

Uma sentença é obscura ou ambígua quando for ininteligível, confusa ou de difícil interpretação, de sentido equívoco ou indeterminado, traduzindo-se a obscuridade na ininteligibilidade e a ambiguidade na possibilidade de à decisão serem razoavelmente atribuídos dois ou mais sentidos diferentes, (sobre esta matéria, vide Lebre de Freitas, Código de Processo Civil Anotado, Volume 2º, Coimbra Editora, 2001, pág. 672).

Os Reclamantes requerem a aclaração da sentença, pela mesma conter lapso, ser obscura ou ambígua, porém estes fundamentos, que servem de base da



REPÚBLICA DE ANGOLA

TRIBUNAL SUPREMO

reclamação constituem factos novos, que não caiem na previsão da norma do art.º 669, do C.P.C, o que vale por dizer que não ocorreu obscuridade ou ambiguidade que possam ser aclaradas.

Assim sendo, face o exposto concluímos que não existe fundamento legal para aclaração. Pelo que vai indeferida a reclamação.

DECISÃO

Rejeito a reclamação e fundamento, acordado no sentido do 1.º parágrafo desta decisão em indeferir o Pedido de aclaração.

Custas pelas Requezentas.

Luanda 15 Março de 2018

Jacinto Jacinto